



Paulo Marcelo de Miranda Serrano

**CAMINHOS PARA A CORTE:
Estado e sociedade na escolha
dos ministros do Supremo Tribunal Federal**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Eduardo de Vasconcelos Raposo

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2015



Paulo Marcelo de Miranda Serrano

**CAMINHOS PARA A CORTE:
Estado e sociedade na escolha
dos ministros do Supremo Tribunal Federal**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Eduardo de Vasconcelos Raposo
Orientador

Departamento de Ciências Sociais/PUC-Rio

Profa. Maria Tereza Aina Sadek
USP

Prof. Aurélio Wander Chaves Bastos
UNIRIO

Profa. Maria Alice Rezende de Carvalho
Departamento de Ciências Sociais/PUC-Rio

Prof. Luiz Jorge Werneck Vianna
Departamento de Ciências Sociais/PUC-Rio

Profa. Mônica Herz
Coordenadora Setorial do Centro
de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2015

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Paulo Marcelo de Miranda Serrano

Graduou-se em Direito pela Universidade Candido Mendes (1987). Possui mestrado em Direito Comparado pela University of Miami School of Law (1998) e mestrado em Ciências Sociais pela PUC-Rio (2010). Professor do Departamento de Direito da PUC-Rio e desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Tem interesses em Ciências Sociais e Direito.

Ficha Catalográfica

Serrano, Paulo Marcelo de Miranda

Caminhos para a corte: estado e sociedade na escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal / Paulo Marcelo de Miranda Serrano ; orientador: Eduardo de Vasconcelos Raposo. – 2015.

2938 f. : il. (color.) ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2015.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Supremo Tribunal Federal. 3. Ministros. 4. Escolha. 5. Modelo. 6. Estado. 7. Sociedade. I. Raposo, Eduardo de Vasconcelos II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

Para Mariah.

Para Marcela, Guilherme e Bernardo.

Para Patrícia.

Agradecimentos

Ao meu professor orientador Eduardo de Vasconcelos Raposo.

Aos professores que participaram da Banca Examinadora, Maria Tereza Aina Sadek, Maria Alice Rezende de Carvalho, Luiz Werneck Vianna e Aurélio Wander Bastos.

Ao corpo docente do Departamento de Ciências Sociais, pelo estimulante ambiente.

Aos entrevistados, pela generosidade.

À Biblioteca do Senado Federal, na pessoa de Maria Neves de Oliveira e Silva, diretora da Subsecretaria de Pesquisa e Recuperação de Informações Bibliográficas, pela incansável contribuição.

À Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, do Supremo Tribunal Federal.

À Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa.

À Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

À Biblioteca da PUC-Rio.

Resumo

Serrano, Paulo Marcelo de Miranda; Raposo, Eduardo de Vasconcelos. **Caminhos para a Corte: Estado e sociedade na escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal**. Rio de Janeiro, 2015. 2938p. Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O tema da pesquisa é o Supremo Tribunal Federal, enfrentando a seguinte questão: o modelo de escolha dos ministros do STF deve ser alterado ou mantido? A investigação tem por objetivo chaves para essa indagação. A relevância do tema é justificada pela importância, no cenário nacional, do Supremo Tribunal Federal, que, além de se encontrar no vértice do Poder Judiciário, encontra-se presente, de forma crescente, na vida contemporânea da sociedade brasileira. São objetivos intermediários da pesquisa: verificar por que o Senado brasileiro, nos séculos 20 e 21, até o momento, jamais deixou de aprovar a escolha dos presidentes da República; quem são os ministros do período mais recente, adotando-se como delimitação temporal os trinta anos do período de redemocratização iniciados em 1985; e, finalmente, por que o Brasil mudou tanto desde 1891 e a forma de escolha dos ministros do STF nunca foi alterada, bem como de que maneira o aparente paradoxo existente entre um sistema institucional dinâmico e um modelo de escolha conservador pode nos revelar o caráter do sistema institucional brasileiro. Ao final, respondendo ao objetivo geral, avalia-se quais são as alterações com maior viabilidade de serem introduzidas, tanto por cambio formal do modelo, quanto pelo modo de sua efetivação e acompanhamento pela sociedade. A seguir, é feita contribuição própria, apontando caminhos para ensejar e motivar a participação da sociedade civil no processo. Encerrando o trabalho, após desvendar os caminhos que levam homens e mulheres para a Corte Suprema brasileira, que, por sua vez, determinam os caminhos que a própria Corte percorrerá, é feito, em considerações finais, um esforço interpretativo que sugere o que pode a escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal, enquanto fenômeno sócio-político, revelar sobre o Brasil contemporâneo.

Palavras-chave

Supremo Tribunal Federal; ministros; escolha; modelo; Estado; sociedade.

Abstract

Serrano, Paulo Marcelo de Miranda; Raposo, Eduardo de Vasconcelos. (Advisor) **Paths to the Court: State and society in the nomination of justices to the Brazilian Supreme Court.** Rio de Janeiro, 2015. 2938p. PhD's Thesis. Department of Social Sciences. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The research theme is the Brazilian Supreme Court, facing the following question: should the model of choosing the justices be altered or maintained? The goal of the investigation is finding keys to this question. The relevance of the theme is justified by the importance, in the national scene, of the Brazilian Supreme Court, which not only is at the top of the Judiciary Power, but finds itself increasingly present in contemporary Brazilian society life. Intermediate goals of the research are: investigate why the Brazilian Senate, from the 20th and 21st century until present day, has never disapproved the choice of presidents of the Republic; who are the most recent ministers, setting as temporal delimitation the thirty years of redemocratization starting in 1985; and finally, why did Brazil change so much since 1891 and the model of choosing justices was never altered, as well as how the apparently existing paradox between an institutional dynamic system and a conservative model of choice can reveal the character of the Brazilian institutional system. In closing, while answering the main goals, an review on the alterations with most viability of being introduced is provided, both by formal model switching as well as by method of execution and followup by society. After that, a personal contribution is made, pointing paths to give rise and motivate participation of the civil society in this process. Finishing the research, after unveiling the paths that lead men and women to the Brazilian Supreme Court, paths that determine the course of the Court itself, an effort is made, as final considerations, suggesting what the choice of ministers of the Brazilian Supreme Court, as a social-political phenomena, reveal about contemporary Brazil.

Keywords

Brazilian Supreme Court; Justices; Appointment; Model; State; society.

Sumário

1. Introdução	25
2. A escolha dos ministros do STF	36
2.1. Antecedentes históricos	36
2.1.1. Supremo Tribunal de Justiça	37
2.1.2. Constituição dos EUA e sua repercussão no Brasil	38
2.1.3. Constituição Republicana de 1891	41
2.1.4. Supremo Tribunal Federal	42
2.1.5. Influência do sistema e instituições dos EUA no Supremo Tribunal Federal	46
2.2. Modelo brasileiro	49
2.2.1. A escolha dos ministros	50
2.2.2. A escolha do presidente do STF	51
2.2.3. As nomeações e alguns problemas na história	53
3. Modelos do direito comparado	57
3.1. Cortes Supremas	57
3.1.1. Estados Unidos da América	57
3.1.1.1. A escolha dos juízes da Suprema Corte	58
3.1.1.2. A escolha do presidente da Suprema Corte	59
3.1.1.3. Nomeações de recesso	60
3.1.1.4. Considerações sobre o funcionamento do modelo na prática	61
3.1.2. América Latina	64
3.1.2.1. Argentina	64
3.1.2.2. Venezuela	65
3.1.2.3. Colômbia	66
3.1.2.4. Bolívia	67
3.1.2.5. México	68

3.1.3. Quadro comparativo das Cortes Supremas	69
3.2. Cortes Constitucionais	71
3.2.1. Europa Continental	71
3.2.1.1. Áustria	71
3.2.1.2. Alemanha	73
3.2.1.3. Itália	74
3.2.1.4. França	75
3.2.1.5. Portugal	77
3.2.1.6. Espanha	78
3.2.2. América Latina	78
3.2.2.1. Chile	79
3.2.2.2. Equador	80
3.2.2.3. Peru	81
3.2.2.4. Uruguai	82
3.2.2.5. Paraguai	82
3.2.3. Quadro comparativo das Cortes Constitucionais	84
4. Análise do modelo vigente	88
4.1. Pela adoção de novo modelo	88
4.1.1. Críticas relativas ao órgão político que faz a indicação	89
4.1.1.1. Preponderância do Executivo e déficit democrático	90
4.1.1.2. Possível comprometimento da imparcialidade do futuro ministro	106
4.1.1.3. Possibilidade de um mesmo presidente indicar expressivo número de ministros	110
4.1.1.4. Critérios subjetivos na escolha do candidato a ser nomeado	113
4.1.1.5. Amizade com presidente e políticos pode ser determinante na indicação	115
4.1.1.6. Indicação política	116
4.1.1.7. Inexistência de prazo para escolha do futuro ministro	117

4.1.2. Críticas quanto ao órgão político que aprova (ou não) as escolhas	121
4.1.2.1. O Senado Federal sempre aprova os indicados pelo presidente da República	121
4.1.3. Críticas relativas ao procedimento de aprovação	122
4.1.3.1. <i>Quorum</i> para aprovação no Senado	122
4.1.3.2. Aprovação apenas por uma das Casas do Congresso Nacional	125
4.1.3.3. Impossibilidade do Senado periodicamente decidir pela manutenção ou não do ministro nomeado	126
4.1.4. Críticas relativas aos requisitos dos candidatos	129
4.1.4.1. Idade mínima e/ou máxima	129
4.1.4.2. Ausência de quarentena anterior	135
4.1.4.3. Inexigência de bacharelado em Direito	137
4.1.4.4. Tempo de atividade jurídica	139
4.1.4.5. Inexistência de vagas destinadas a ministros de Tribunais Superiores, desembargadores e juízes	141
4.1.4.6. Inexistência de vedação ao candidato com condenação criminal em qualquer instância	142
4.1.5. Críticas relativas à vitaliciedade dos ministros e ausência de vedações posteriores ao afastamento do cargo	143
4.1.5.1. Vitaliciedade	144
4.1.5.2. Ausência de quarentena posterior	155
4.1.6. Outras críticas	157
4.1.6.1. Quantidade de membros da Corte	157
4.1.6.2. Ambiguidade das expressões “reputação ilibada” e “notável saber jurídico”	159
4.1.6.3. Composição por membros que não são juízes togados	160
4.1.6.4. A não participação direta da sociedade	161
4.1.6.5. A não existência de concurso público	162
4.1.6.6. Pouca representação do gênero feminino na Corte	164
4.2. Pela manutenção do modelo seletivo atual	166
4.2.1. Quanto às críticas relativas ao órgão político que faz a indicação	167
4.2.1.1. Quanto à preponderância do Executivo e déficit democrático	173

4.2.1.2. Quanto ao possível comprometimento da imparcialidade do futuro ministro	175
4.2.1.3. Quanto à possibilidade de um mesmo presidente indicar expressivo número de ministro	175
4.2.1.4. Quanto aos critérios subjetivos na escolha do candidato a ser nomeado	177
4.2.1.5. Quanto à amizade com presidente e políticos poder ser determinante na indicação	177
4.2.1.6. Quanto a ser política a indicação	177
4.2.1.7. Quanto à inexistência de prazo para escolha do futuro ministro	178
4.2.2. Quanto às críticas a respeito do órgão político que aprova (ou não) as escolhas	178
4.2.2.1. O Senado Federal sempre aprova os indicados pelo presidente da República	178
4.2.3. Quanto às críticas relativas ao procedimento de aprovação	179
4.2.3.1. <i>Quorum</i> para aprovação no Senado	179
4.2.3.2. Aprovação apenas por uma das Casas do Congresso Nacional	180
4.2.3.3. Impossibilidade do Senado periodicamente decidir pela manutenção ou não do ministro nomeado	184
4.2.4. Quanto às críticas relativas aos requisitos dos candidatos	186
4.2.4.1. Quanto à idade mínima e/ou máxima	186
4.2.4.2. Quanto à ausência de quarentena anterior	188
4.2.4.3. Quanto à inexigência de bacharelado em Direito	191
4.2.4.4. Quanto ao tempo de atividade jurídica	191
4.2.4.5. Quanto à inexistência de vagas destinadas a ministros de Tribunais Superiores, desembargadores e juízes	191
4.2.4.6. Quanto à inexistência de vedação ao candidato com condenação criminal em qualquer instância	194
4.2.5. Quanto às críticas relativas à vitaliciedade dos ministros e ausência de vedações posteriores ao afastamento do cargo	195
4.2.5.1. Quanto à vitaliciedade e ao estabelecimento de mandato	195
4.2.5.2. Quanto à ausência de quarentena posterior	199
4.2.6. Quanto às demais críticas	200
4.2.6.1. Quanto ao número de membros da Corte	200

4.2.6.2. Quanto à ambiguidade das expressões “reputação ilibada” e “notável saber jurídico”	200
4.2.6.3. Quanto à composição por membros que não são juízes togados	203
4.2.6.4. Quanto à não participação direta da sociedade	204
4.2.6.5. Quanto à não existência de concurso público	204
4.2.6.6. Quanto à pouca representação do gênero feminino na Corte	204
5. Propostas para modificação do modelo atual	205
5.1. Propostas de Emenda à Constituição com origem no Congresso Nacional	205
5.1.1. Alterações quanto ao órgão político que faz a indicação	205
5.1.1.1. Evitar a preponderância do Executivo e ampliar a participação na indicação	206
5.1.1.2. Estabelecer prazo para escolha do futuro ministro	216
5.1.2. Alterações relativas ao procedimento de aprovação pelo Senado Federal	216
5.1.2.1. Aumentar <i>quorum</i> para aprovação no Senado	216
5.1.2.2. Determinar aprovação pelas duas Casas do Congresso Nacional	217
5.1.2.3. Estabelecer confirmação periódica dos ministros	217
5.1.3. Alterações relativas aos requisitos dos candidatos	217
5.1.3.1. Aumentar idade mínima e/ou máxima	217
5.1.3.2. Estabelecer quarentena anterior	218
5.1.3.3. Exigir bacharelado em Direito	219
5.1.3.4. Estabelecer tempo mínimo de atividade jurídica	219
5.1.3.5. Estabelecer vagas para ministros de Tribunais Superiores, desembargadores e juízes	219
5.1.3.6. Estabelecer vedação para o candidato com condenação criminal em qualquer instância	220
5.1.4. Alterações relativas à vitaliciedade e vedações posteriores ao afastamento	220
5.1.4.1. Estabelecer mandato em lugar da vitaliciedade	220

5.1.4.2. Estabelecer quarentena posterior	221
5.1.5. Outras alterações	221
5.1.5.1. Aumentar a quantidade de membros da Corte	221
5.1.5.2. Definir as expressões “notável saber jurídico” e “reputação ilibada”	221
5.1.5.3. Estabelecer composição da Corte apenas por juízes togados	222
5.1.5.4. Estabelecer o critério da eleição para escolha dos ministros	222
5.1.5.5. Estabelecer o critério do concurso público para escolha dos ministros	223
5.1.5.6. Estabelecer o critério de gênero para acesso	223
5.1.6. Sistematização das propostas de alteração com origem no Congresso Nacional	224
5.1.6.1. Senado Federal	224
5.1.6.2. Câmara dos Deputados	227
5.2. Outra iniciativa para alteração do modelo atual	232
5.3. Classificação das alterações propostas	233
6. Reflexões sobre o modelo e as escolhas no período atual de redemocratização	237
6.1. O papel do Senado na aprovação da escolha feita pelo presidente da República	238
6.2. Quem são os ministros	259
6.3. Por que o Brasil mudou tanto desde 1891 e a forma de escolha dos ministros nunca foi alterada?	326
7. Considerações Finais	342
8. Referências Bibliográficas	364

9. Anexos	380
Anexo 1 - Senado Federal - PEC 57/1995	404
Anexo 2 - Senado Federal - PEC 3/1998	414
Anexo 3 - Senado Federal - PEC 7/1999	417
Anexo 4 - Senado Federal - PEC 28/2002	438
Anexo 5 - Senado Federal - PEC 68/2005	442
Anexo 6 - Senado Federal - PEC 32/2007	452
Anexo 7 - Senado Federal - PEC 6/2008	464
Anexo 8 - Senado Federal - PEC 30/2008	475
Anexo 9 - Senado Federal - PEC 51/2009	486
Anexo 10 - Senado Federal - PEC 12/2010	501
Anexo 11 - Senado Federal - PEC 4/2011	531
Anexo 12 - Senado Federal - PEC 44/2012	543
Anexo 13 - Senado Federal - PEC 58/2012	552
Anexo 14 - Senado Federal - PEC 3/2013	571
Anexo 15 - Senado Federal - PEC 50/2013	586
Anexo 16 - Senado Federal - PEC 68/2013	596
Anexo 17 - Senado Federal - PEC 3/2014	612
Anexo 18 - Câmara dos Deputados - PEC 92/1995	620
Anexo 19 - Câmara dos Deputados - PEC 131/1995	677
Anexo 20 - Câmara dos Deputados - PEC 430/1996	735
Anexo 21 - Câmara dos Deputados - PEC 510/1997	840
Anexo 22 - Câmara dos Deputados - PEC 557/1997	1029
Anexo 23 - Câmara dos Deputados - PEC 620/1998	1060
Anexo 24 - Câmara dos Deputados - PEC 71/1999	1275
Anexo 25 - Câmara dos Deputados - PEC 473/2001	1425
Anexo 26 - Câmara dos Deputados - PEC 546/2002	1433

Anexo 27 - Câmara dos Deputados - PEC 566/2002	1443
Anexo 28 - Câmara dos Deputados - PEC 569/2002	1451
Anexo 29 - Câmara dos Deputados - PEC 20/2003	1456
Anexo 30 - Câmara dos Deputados - PEC 484/2005	1462
Anexo 31 - Câmara dos Deputados - PEC 128/2007	1468
Anexo 32 - Câmara dos Deputados - PEC 262/2008	1478
Anexo 33 - Câmara dos Deputados - PEC 342/2009	1488
Anexo 34 - Câmara dos Deputados - PEC 393/2009	1496
Anexo 35 - Câmara dos Deputados - PEC 408/2009	1503
Anexo 36 - Câmara dos Deputados - PEC 434/2009	1516
Anexo 37 - Câmara dos Deputados - PEC 441/2009	1524
Anexo 38 - Câmara dos Deputados - PEC 17/2011	1529
Anexo 39 - Câmara dos Deputados - PEC 143/2012	1538
Anexo 40 - Câmara dos Deputados - PEC 161/2012	1546
Anexo 41 - Câmara dos Deputados - PEC 227/2012	1552
Anexo 42 - Câmara dos Deputados - PEC 238/2013	1559
Anexo 43 - Câmara dos Deputados - PEC 243/2013	1565
Anexo 44 - Câmara dos Deputados - PEC 275/2013	1571
Anexo 45 - Câmara dos Deputados - PEC 367/2013	1583
Anexo 46 - Câmara dos Deputados - PEC 378/2014	1589
Anexo 47 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Luís Roberto Barroso	1598
Anexo 48 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Teori Albino Zavascki	1666
Anexo 49 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Rosa Maria Weber Candiota da Rosa	1755
Anexo 50 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Luiz Fux	1853
Anexo 51 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de José Antonio Dias Toffoli	1915

Anexo 52 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Carlos Alberto Menezes Direito	2083
Anexo 53 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Cármen Lúcia Antunes Rocha	2136
Anexo 54 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Enrique Ricardo Lewandowski	2189
Anexo 55 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Eros Roberto Grau	2216
Anexo 56 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Joaquim Benedito Barbosa Gomes	2253
Anexo 57 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto	2301
Anexo 58 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Antonio Cezar Peluso	2338
Anexo 59 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Gilmar Ferreira Mendes	2399
Anexo 60 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Ellen Gracie Northfleet	2500
Anexo 61 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Nelson Azevedo Jobim	2541
Anexo 62 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Maurício José Corrêa	2595
Anexo 63 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de José Francisco Rezek	2629
Anexo 64 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Ilmar Nascimento Galvão	2647
Anexo 65 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Marco Aurélio Mendes de Farias Mello	2651
Anexo 66 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Carlos Mário da Silva Velloso	2656
Anexo 67 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de José Celso de Mello Filho	2661

Anexo 68 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de José Paulo Sepúlveda Pertence	2671
Anexo 69 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Paulo Brossard de Souza Pinto	2696
Anexo 70 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Célio de Oliveira Borja	2701
Anexo 71 - Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Arguição de Carlos Alberto Madeira	2705
Anexo 72 - Assembleia Nacional Constituinte 1997/1998 – Quadro Histórico de sugestões relativas ao art. 101	2709
Anexo 73 - Assembleia Nacional Constituinte 1997/1998 – Discussão e votação Destaque Nelson Jobim a Emenda que propõe criar o Supremo Tribunal Constitucional e discussão e votação Emenda Egidio Ferreira Lima	2800
Anexo 74 - Assembleia Nacional Constituinte 1997/1998 – Discussão e votação de destaques e emendas sobre Tribunal Constitucional e STF	2807
Anexo 75 - Assembleia Nacional Constituinte 1997/1998 – Emenda substitutiva Centrão	2824
Anexo 76 - CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL - 24 de fevereiro de 1891	2837
Anexo 77 - CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL - 16 de julho de 1934	2843
Anexo 78 - CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL - 10 de novembro de 1937	2848
Anexo 79 - CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL - 18 de setembro de 1946	2851
Anexo 80 - CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 24 de janeiro de 1967	2855
Anexo 81 - CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 5 de outubro de 1988	2865
Anexo 82 - Discurso para a posse do Presidente do STF - 10 de setembro de 2014	2872

Anexo 83 - Senado Federal - Quadro Comparativo das Constituições de 1946, 1967, Emenda Constitucional nº 1 de 1969 e Constituição de 1988	2882
Anexo 84 - Senado Federal - Regimentos Internos do Senado Federal – Regência no tempo quanto à aprovação dos ministros do STF, sempre por votação secreta, com menção anterior a sessão secreta, que se torna pública apenas a partir de 1989	2885
Anexo 85 - Senado Federal - Regimentos Internos do Senado Federal – RISF 1959 - atualizado até 1968 1-2	2908
Anexo 86 - Senado Federal - Regimentos Internos do Senado Federal – RISF 1959 - atualizado até 1968 2-2	2912
Anexo 87 - Senado Federal - Regimentos Internos do Senado Federal – RISF 1970 - atualizado até 1994	2917
Anexo 88 - Senado Federal - Regimentos Internos do Senado Federal – RISF 1970 - atualizado até 1998	2923
Anexo 89 - Senado Federal - Regimentos Internos do Senado Federal – RISF 1971 - atualizado até 1971	2928
Anexo 90 - Senado Federal - Regimentos Internos do Senado Federal – RISF 1989 - atualizado até 1989 - Texto editado em conformidade com a Resolução nº 18 de 18-04-1989 que produziu a adequação do Regimento à Carta 88.	2934

Lista de tabelas

Tabela 1 – Classificação das alterações propostas	233
Tabela 2 – Tabela 2 – Indicações sem sucesso de candidatos a juízes das Supremas Cortes do Brasil e dos EUA	249
Tabela 3 – Dados relativos aos 25 ministros nomeados para o STF entre 1985 e 2014 (presidente, datas, nascimento, idade e período de exercício)	261
Tabela 4 – Dados relativos aos 25 ministros nomeados para o STF entre 1985 e 2014 (faculdade, carreira anterior, Estado de atuação profissional, escolaridade, quórum de aprovação no Senado)	264
Tabela 5 – Quantidade de ministros nomeados por cada presidente da República, entre 1985 e 2014	271

Lista de quadros

Quadro 1 – Comparativo das Supremas Cortes	69
Quadro 2 – Comparativo das Cortes Constitucionais	84
Quadro 3 – Propostas de Emenda à Constituição com origem no Senado Federal	224
Quadro 4 – Propostas de Emenda à Constituição com origem na Câmara dos Deputados	227
Quadro 5 – As cinco únicas recusas pelo Senado de indicados para o STF	239
Quadro 6 – As 36 indicações sem sucesso de para a Suprema Corte dos EUA	243
Quadro 7 - Quadro 7 – Votação nas aprovações de ministros do STF na CCJ	320
Quadro 8 – Relações e escolha entre ministros e presidentes da República	323

Abreviaturas

ABA – American Bar Association

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

AEUDF - Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal

AGU – Advocacia Geral da União

AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal

CCJC – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal

CD – Câmara dos Deputados

CF – Constituição Federal

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CONAMP – Associação Nacional do Membros do Ministério Público

CPC – Código de Processo Civil

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

DL – Decreto-lei

EUA – Estados Unidos da América

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FMU – Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas

L – Lei

MC – Medida Cautelar

MS – Mandado de Segurança

MP – Medida Provisória

MP – Ministério Público

MPT – Ministério Público do Trabalho

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC/MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RISF – Regimento Interno do Senado Federal

SF – Senado Federal

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo

TRF – Tribunal Regional Federal

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UEG – Universidade do Estado da Guanabara

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSE – Universidade Federal de Sergipe

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UNB – Universidade de Brasília

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNICEUB – Centro Universitário de Brasília

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

USP – Universidade de São Paulo

“Nas nações ibéricas, à falta dessa racionalidade da vida, que tão cedo experimentaram algumas terras protestantes, o princípio unificador foi sempre representado pelos governos.”

Sérgio Buarque de Holanda
Raízes do Brasil